Assunto: Apurar notícia da existência de servidores temporários, bem como, o retardamento em realizar concurso público.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, retificado em sessão, a qual suprimiu a parte final do seu voto que faz referência à Súmula nº 003/2003/CSMP, DECIDIU pela HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, uma vez que após a atuação do Ministério Público, com a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, houve a realização de concurso público e os candidatos aprovados já foram nomeados e tomaram posse, regularmente, não havendo mais razões que justificassem a atuação do

Parquet no caso concreto.

3.1.10. Processo nº 000017-111/2014

Requerente(s): Ronaldo Pereira

Requerido(s): Batedores de Açai

Origem: 3º PJ do Consumidor

Assunto: Apurar denúncia de que alguns batedores de açai em Belém estão adicionando à bebida produto químico denominado "liga neutra" que engrossa o açai.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, tendo em vista que a Promotoria de origem, após realização de diligências para apurar as irregularidades, promoveu as devidas responsabilidades criminais dos agentes envolvidos em crimes contra as relações de consumo apurados no procedimento, com a adequação das condutas dos batedores de açai fiscalizados às normas vigentes de vigilância sanitária. E ainda, que o problema da adulteração de açai constitui uma dificuldade contínua e recorrente, que demandaria atuação permanente, *ad aeternum*, da Promotoria de Justiça, o que não pode ser exigido na espécie, mesmo por não ser característica do Ministério Público atuar como órgão permanente de fiscalização sanitária.

3.1.11. Processo nº 000206-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Cultura - SECULT

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar ato que possa ferir o princípio da impessoalidade da Administração Pública.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do feito, com fulcro na Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 23, §3º, item I, devendo os autos serem remetidos ao Membro do Ministério Público que determinou seu arquivamento, convertendo-se o julgamento para a realização das seguintes diligências:

Oficiar a SECULT para verificar o que está em funcionamento no local onde se encontrava o "Boteco das Onze" e, se delegado a exploração particular, quem são seus exploradores a qualquer gênero. Em especial, se são os senhores Pedro Berinson e Amadeu de Souza Dias ou pessoas a eles conectadas.

Oficiar ainda a Secretaria para obter informações se realmente ocorreu a implementação do Complexo de Gastronomia a que se refere o Secretário de Estado Paulo Chaves em ofício nº 155/2016-GS/SECULT (fls. 329 a 332) ou em que estado se encontra o projeto.

Diligenciar, no caso do projeto de gastronomia ter sido abandonado, o que se planeja implementar no local. Demais diligências necessárias para o esclarecimento do feito.

3.1.12. Processo nº 001919-040/2017

Requerente(s): Conselho Municipal de Educação de Castanhal

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Castanhal

Origem: 4º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar deficiência na estrutura física de várias escolas da rede municipal de ensino.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do feito, com fulcro na Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 23, §3º, item I, devendo os autos serem remetidos ao Membro do Ministério Público que determinou seu arquivamento, convertendo-se o julgamento para a realização das seguintes diligências:

Oficiar o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público e o Corpo de Bombeiros Militar para realização de vistoria nas escolas, a fim de confirmar se as irregularidades na estrutura física foram devidamente sanadas;

Oficiar o Conselho Municipal de Educação de Castanhal para que se manifeste quanto à constância dos problemas referentes à carência de professores.

3.1.13. Processo nº 000116-111/2013

Requerente(s): Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-PA

Requerido(s): Shopping Pátio Belém, Norte Shopping Belém S/A, Boulevard Shopping Belém

Origem: 2º PJ do Consumidor

Assunto: Apurar exercício de atividade em desacordo com o previsto no Código de Defesa do Consumidor.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do feito, com fulcro na Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 23, §3º, item I, devendo os autos serem remetidos ao Membro do Ministério Público que determinou seu arquivamento, convertendo-se o julgamento para a realização das seguintes diligências:

Realizar nova fiscalização, através de órgão competente, a fim de comprovar o cumprimento da Recomendação nº 002/2017-MP/2ªPJ/DC.

3.1.14. Processo nº 000123-012/2017

Requerente(s): Associação de Pessoas com Epilepsia de Redenção - APER

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Redenção

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Municipal de Redenção.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do feito, com fulcro na Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 23, §3º, item I, devendo os autos serem remetidos ao Membro do Ministério Público que determinou seu arquivamento, convertendo-se o julgamento para a realização das seguintes diligências:

A) Notifique-se o Sr. Cícero José Rodrigues, presidente da APER, para que relate as atuais condições das pessoas com epilepsia em Redenção como também a atuação da Defensoria Pública do Estado.

B) Oficie à Secretaria Municipal de Saúde de Redenção para obter informações sobre as condições de distribuição de medicamentos e realização de exames em pessoas com epilepsia.

C) Oficie à Defensoria Pública do Estado a fim de obter informações sobre quais medidas foram adotadas em decorrência do Procedimento Administrativo instaurado pela PORTARIA Nº 01/2017 (fls. 474 a 477).

D) Considere a possibilidade de atuação conjunta com a Defensoria Pública do Estado, uma vez que são cogitimados para Ação Civil Pública e podem agir em litisconsórcio facultativo.

E) Adote as demais providências de Direito, com base nos fatos apurados, sobre as condições das pessoas com epilepsia em Redenção, em especial a Ação Civil Pública, o Termo de Ajustamento de Conduta e a Recomendação.

3.1.15. Processo nº 000014-012/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 3º PJ de Paragominas

Assunto: Apuração e regularização do Projeto de Remediação de Ulianópolis e recomposição da área.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, retificado em sessão, a qual suprimiu a parte final do seu voto que faz referência à Súmula nº 003/2003/CSMP, DECIDIU pela HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito feito, uma vez, após análise dos autos, restou comprovado que a contratação de escritório de advocacia e de empresa de transporte de resíduos sólidos, embora tenha concluído peça inexigibilidade de licitação fora dos casos amparados pela Lei 8.666/93, contrariando alguns dos princípios da administração pública, não ficou comprovado que esse era o fim almejado pelo agente, inexistindo a presença do elemento subjetivo, requisito imprescindível para configuração de ato de improbidade administrativa. Constatou-se ainda, que o procedimento ministerial cumpriu sua função, não havendo elementos objetivos para o prosseguimento do feito ou para uma possível responsabilização do investigado em atos de improbidade administrativa, posto que não restou demonstrado enriquecimento ilícito, dano ao erário, atentado a princípios da administração pública ou dolo do agente.

Registrou-se a ausência do Exmo. Corregedor-Geral, em exercício, Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, nos itens 3.1.11 a 3.1.15.

Registrada a ausência momentânea justificada da Exma. Conselheira, Dra. Leila Maria Marques de Moraes 3.1.1 a 3.1.3

3.2. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

3.2.1. Processo nº 000657-125/2016

Requerente(s): Associação Brasileira da Indústria Hoteleira / ABH - Seção Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 3º PJ do Consumidor

Assunto: Pedido de providências visando à regulamentação da oferta de Condo-Hotéis no Estado, especialmente em Belém.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU, preliminarmente, pelo NÃO CONHECIMENTO do pedido de revisão de revisão interposto pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – Seção Pará, não merecendo prosperar, uma vez que não foi obedecido o prazo estabelecido no art.79 do Regimento Interno deste Egrégio Colegiado, pelo mesmo encontrar-se intempestivo.

O Exmo. Procurador-Geral em exercício, Dr. Estevam Alves Sampaio Filho, sugeriu que quando o Promotor de Justiça fizer a notificação para fins de arquivamento, que seja lançado de forma clara e sucinta dos prazos para ciência das partes, quanto ao pedido de recurso por parte do interessado.

3.2.2. Processo nº 003314-477/2015

Requerente(s): F.M.L.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua - SESAU

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Sesau à pessoa com deficiência, que necessita de cadeira de rodas.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, uma vez que o objeto da demanda do procedimento foi solucionado, com a aquisição pelo requerente da cadeira de rodas com as especificações de que necessitava.

3.2.3. Processo nº 000016-112/2016

Requerente(s): A.C.S.L.; M.J.S.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Belém-SESMA; Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará-SESPA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Secretaria de Saúde à pessoa idosa no que diz respeito ao fornecimento dos medicamentos necessários ao tratamento.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, nos termos do art. 8º, inciso VII, e do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, conforme depreende-se nos autos, após a intervenção do Ministério Público, o objeto dos autos foi alcançado com sucesso, uma vez que a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizou os medicamentos necessários ao tratamento de saúde da requerente.

3.2.4. Processo nº 000145-113/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar denúncia acerca de uma grande mancha de óleo localizada na Baía do Guajará, visível entre o Distrito de Icoaraci e o Portal da Amazônia (Mangal das Garças).

A Exma. Conselheira Relatora manifestou-se pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, Posto em discussão, a Exma. Conselheira, Dra. **Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo**, aduziu que apesar do voto ter apreciado a questão criminal, inclusive defendendo a aplicação do princípio da bagatela, da intervenção mínima do Direito Penal, o conhecimento e homologação deverá ser feita apenas no que diz respeito à parte cível, e não conhecimento da parte criminal.

O Exmo. Corregedor-Geral em exercício, Dr. **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** acompanhou a sugestão da Conselheira.

A Exma. Conselheira, Dra. **Rosa Maria Rodrigues Carvalho**, também acompanhou o entendimento da Conselheira, acrescentando que o Colegiado não é competente para homologar matéria de natureza criminal.

O Exmo. Conselheiro, Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas acompanhou o entendimento da Conselheira, sugerindo à Conselheira Relatora, que seja acrescentado em seu voto pelo conhecimento e homologação na área cível, e pelo não conhecimento na área criminal, devendo retornar à promotoria de origem para adotar as providências que julgar necessárias.

Ao final, a Conselheira Relatora concordou com a sugestão dos Exmos. Conselheiros.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, acatando a sugestão dos